

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
16 de junho de 2018 - Nº 625 - www.sindipetrocaxias.org.br



CONSELHO DELIBERATIVO DA FUP REAFIRMA GREVE E DEFINE CALENDÁRIO DE LUTA



A greve por tempo indeterminado contra a privatização do Sistema Petrobrás foi reafirmada pelas direções sindicais durante o Conselho Deliberativo da FUP, realizado dia 12, em Curitiba. Nas avaliações feitas pelas direções sindicais, a greve de advertência feita pela categoria no dia 30 de maio foi uma importante etapa de acumulação de forças na luta em defesa da soberania nacional.

Os petroleiros desmascaram a gestão de Pedro Parente, evidenciando sua responsabilidade na imposição de uma política de reajuste dos derivados de petróleo indexada ao mercado internacional que fez disparar não só os preços do diesel, como também da gasolina e do botijão de gás de cozinha.

A greve dos petroleiros pautou esse debate na sociedade, revelando a relação direta da política de preços dos combustíveis com o desmonte das refinarias e as privatizações no Sistema Petrobrás. Mesmo diante da decisão arbitrária do TST de impor multas milionárias às entidades sindicais, decretando a ilegalidade da greve, antes mesmo de seu início, a avaliação da FUP e de seus sindicatos é de que o movimento foi vitorioso, pois politizou e ampliou a luta em defesa da soberania energética.

A criminalização da greve, no entanto, requer dos petroleiros novas estratégias de luta.

Diante dessa nova conjuntura, o Conselho Deliberativo da FUP definiu um amplo calendário de mobilizações, para que os petroleiros unifiquem força com outras categorias na luta contra as privatizações e os ataques sofridos pelos trabalhadores de estatais.

Na segunda quinzena de junho, os petroleiros farão um ato nacional em apoio à greve que o Sindiquímica Paraná está organizando contra a privatização da Araucária Nitrogenados, cuja venda está em processo de finalização. Ao longo de julho, acontecerão atos nacionais da FUP em cada uma das quatro refinarias que estão em processo de venda.

As organizações sindicais também irão intensificar a campanha por mudanças na política de preços dos combustíveis durante o período de consulta pública da ANP, que teve início nesta terça-feira, 12/06, e prossegue até 02 de julho. A FUP e seus sindicatos terão ainda uma força tarefa em Brasília para acompanhar o debate em torno da instalação da CPI que investigará a política de preços da Petrobrás.

Agenda de luta

18/06 – atos nacionais contra a privatização do Sistema Petrobrás, pelo direito de greve e contra a criminalização dos movimentos sociais.

18 a 30/06 – neste período, será convocado um ato nacional em apoio à greve dos petroquímicos do Paraná contra a venda da Araucária Nitrogenados.

22/06 – seminário nacional em Brasília com trabalhadores de estatais sobre impactos da Resolução 23 da CGPAR, que impõe mudanças nos planos de saúde das empresas públicas.

25 a 29/06 – força tarefa da FUP e sindicatos em Brasília para acompanhar o debate em torno da instalação da CPI que investigará a política de preços dos combustíveis.

25/06 a 16/07 – reunião conjunta FUP e FNU (Federação

Nacional dos Urbanitários) para construir um calendário unificado de lutas com os eletricitários contra a privatização dos Sistemas Petrobrás e Eletrobrás.

02/07 a 04/07 – ato nacional da FUP contra a privatização da RLAM (BA).

12/07 - ato nacional da FUP contra a privatização da REFAP (RS).

17/07 – ato nacional da FUP contra a privatização da REPAR (PR).

18/07 – reunião do Conselho Deliberativo da FUP em Curitiba.

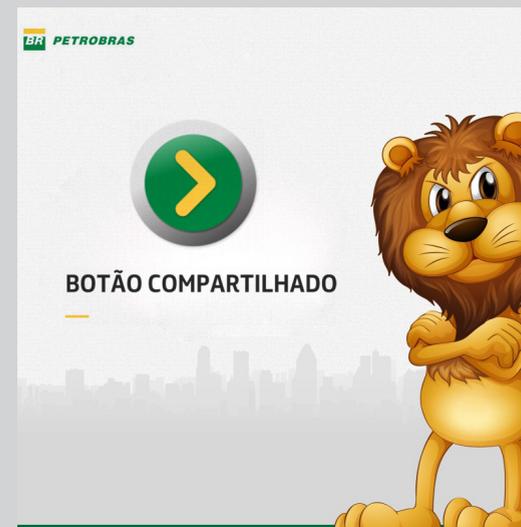
26/07 - ato nacional da FUP contra privatização da Refinaria Abreu e Lima (PE).

Imposto de Renda

Em reunião com o Recursos Humanos da Petrobrás, dia 14, o coordenador da FUP, Simão Zanardi, questionou sobre a questão da obrigatoriedade de expor o Imposto de Renda através do botão compartilhado e sobre o sigilo em relação ao documento. De acordo com ele, os trabalhadores precisam ter a segurança de que não terão seus dados divulgados pela empresa e solicitou que esteja escrito no recibo

do botão compartilhado que o IR está em sigilo e apenas o Tribunal de Contas da União terá acesso, caso solicitado. A empresa também apresentou as fundamentações jurídicas sobre esta obrigatoriedade.

A direção do Sindipetro Caxias orienta aos trabalhadores darem acesso ao IR para o TCU, através do botão compartilhado e verifique se o sigilo está garantido no comprovante. Caso contrário, informe ao sindicato.



Petrobrás mente sobre PLR. Acordo é pra ser cumprido

A gestão da empresa, que vem tentando imputar às organizações sindicais a responsabilidade pelo não pagamento da Participação nos Resultados (PR) referente ao exercício de 2017, o que é mentira de acordo com o coordenador da FUP, Simão Zanardi. Ao contrário do que as gerências vêm divulgando, o acordo de pagamento da PR em 2015 foi para todos os trabalhadores do Sistema, incluindo a Araucária Nitrogenados.

Agora, a empresa insiste em excluir



os trabalhadores da Fafen Paraná, num claro descumprimento do que prevê o Acordo de Regramento da PLR e, portanto, não pode ser aceito

pela categoria, ainda mais nesse momento em que todo o Sistema está sob ataque. Se hoje a gestão da Petrobrás diferencia direitos dos companheiros da Araucária, amanhã pode fazer o mesmo com qualquer outra unidade da empresa.

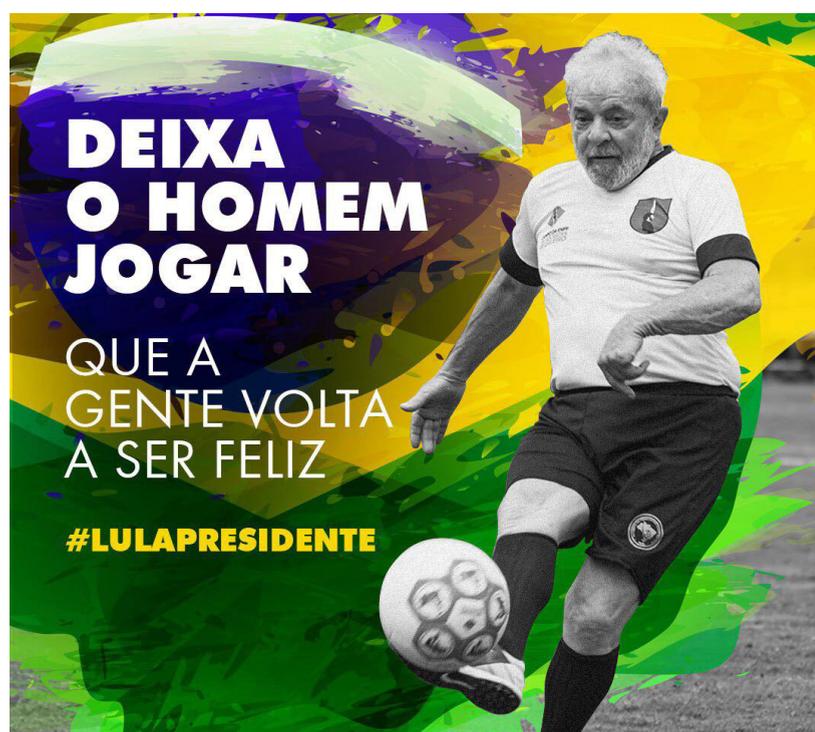
A FUP assinará o Acordo da PR tão logo a Petrobrás cumpra o que foi acordado com as organizações sindicais, garantindo o pagamento para todos os trabalhadores, inclusive da Fafen-PR.

Golpe no PCAC

A gerência de RH aproveitou a reunião com a direção da FUP e sindicatos filiados, na última quinta-feira, para apresentar um projeto de mudanças no atual Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC), nomeado agora de Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), onde separa os trabalhadores apenas em duas carreiras: nível técnico e nível superior.

Em um primeiro olhar crítico da FUP, alertou-se que tem características similares aos de empresas privadas como a Shell e a Statoil, no qual, segundo a empresa, serviram de inspiração.

A FUP irá analisar, com assessoria do DIEESE, os impactos deste novo plano para os trabalhadores.



Petrobrás e União processam trabalhadores

Na manhã do dia 13/06, a Federação Única dos Petroleiros recebeu do Oficial de Justiça um Mandado de Citação sobre o Dissídio Coletivo de Greve N° TST-DCG-1000376-17.2018.5.00.0000.

Em mais um golpe contra os trabalhadores, o processo referente a greve de advertência com prazo determinado de 72 h tem o objetivo de criminalizar e inviabilizar os movimentos sociais e sindicais. O Tribunal Superior do Trabalho

que julgou a greve ilegal, atendendo aos desejos do golpe, aumentou, em menos de 24 horas do início do movimento, no dia 31/05, de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões a multa diária às organizações sindicais.

A Federação e seus sindicatos já ingressaram com o recurso cabível contra essa decisão.

De acordo com o coordenador geral da FUP, Simão Zanardi, a assessoria jurídica já está com a defesa pronta de forma preliminar.

“No dia 15/06 todas as assessorias jurídicas dos Sindicatos mais a da FUP, estiveram reunidas no Rio de Janeiro para discutir os desdobramentos da greve e se organizarem nacionalmente para a greve que está sendo construída pela categoria. O TST impôs pesadas multas aos Sindicatos e agora chegou a hora da nossa defesa”. E completou: *“vamos à luta, pois a resistência vai continuar”*.

FUP

Informe do Jurídico

TST julga procedente ação de Parada de Manutenção.

O Tribunal Superior do Trabalho, nesta última semana, determinou na ação de Parada de Manutenção que a alteração da jornada era prejudicial ao trabalhador, assim como a supressão das folgas adquiridas e não usufruídas antes da mudança da jornadas.

Desta decisão ainda cabe recurso por parte da Petrobrás e somente após o trânsito em julgado o processo retornará para vara de origem e assim se iniciar a execução. Não há prazo fixado.



Não retorno após a dobra é legal

As ações individuais do não retorno após a dobra vêm sendo julgadas procedentes pela primeira instância de Duque de Caxias.

A ação visa a nulidade da alteração unilateral do contrato de trabalho, retornando assim com o desconto de 5 horas não trabalhadas e cancela a falta aplicada pela empresa e seus reflexos.

O Sindipetro Caxias e o Equacionamento Petros

No dia 4 de junho, a assessoria jurídica do Sindipetro Caxias esteve na 23ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e despachou com o Desembargador Murilo Kieling requerendo a inclusão em pauta para julgamento do recurso do Sindicato. A advogada Danielle Motta destacou a juntada ao processo de um parecer do Ministério Público Estadual, em que se posiciona favorável aos trabalhadores nos autos de outro processo judicial

semelhante.

Em ato contínuo, no dia 06 de junho o Desembargador declinou vista ao Ministério Público do processo de Caxias para que fosse emitido o parecer. O processo foi distribuído para a Procuradora Sandra Maria Duclos Torres de Melo, e já está agendado para despachar a assessoria do Sindicato despachar com a mesma Procuradora na semana do dia 18 a 22 de junho.

Julgamento da RMNR

Está programado para o dia 21/06, o julgamento do Dissídio Coletivo de RMNR no TST.

A Petrobrás, após perder na SBDI1, recorreu a Seção Coletiva do TST para tentar modificar a decisão favorável aos trabalhadores.

Após alguns anos tramitando, a pauta foi marcada para a próxima quinta-feira, dia 21.

Petrobrás quer precarizar transporte dos trabalhadores

Mais um golpe se aproxima dos petroleiros da base do Sindipetro Caxias, agora é a vez do transporte do administrativo utilizado pela REDUC, TECAM e UTE - GLB.

Ocorre que o contrato com a Real Brasil está terminando e outra empresa já ganhou a licitação, e pelo que foi passado ao Sindicato, não é uma empresa de ponta na área de transporte rodoviário, como a



anterior.

O Sindipetro Caxias orienta aos trabalhadores que fazem uso dos

ônibus do ADM a fiscalizarem todas as condições dos veículos tanto no conforto quanto na segurança, pois nossa refinaria é uma das mais lucrativas e com menos custo de manutenção da Petrobrás, logo não há necessidade financeira de diminuir a qualidade do transporte dos trabalhadores.

Estamos de olho e haverá luta caso a precarização ocorra.

Frente Parlamentar em Defesa das Refinarias

No próximo dia 20, vai acontecer em Brasília, na Câmara dos Deputados, a Audiência Pública de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Refinarias da Petrobrás e Contra a Sua Privatização. Uma série de ativos já foram entregues para as empresas multinacionais e outros estão à venda em pacotes que envolvem refinarias, plataformas e terminais. A privatização da Petrobrás é uma perda irreparável para o país e a luta pela defesa da empresa precisa ser de todo o povo brasileiro, por isto é muito importante a construção junto aos movimentos sociais, sociedade civil, e parlamentares. Defender a Petrobrás, é defender o Brasil.



18 de junho

Dia Nacional de luta em defesa da Petrobrás

O prazo final para a seleção das empresas que se inscreveram como interessadas na compra das refinarias anunciadas pela Petrobrás, termina na próxima segunda-feira, 18 de junho.

No final de abril deste ano, a empresa colocou a venda dois grupos de ativos no refino, um no Nordeste com 2 refinarias (RLAM e Abreu e Lima), 770 km de oleodutos, 5 terminais e outro no Sul, outras 2 refinarias (REFAP e REPAR), 736 km de oleodutos e 7 terminais.

Mesmo após fortes críticas em relação aos equívocos que cometeu em sua política de preços de derivados, redução das cargas processadas em suas refinarias, redução do número de trabalhadores e incentivo à importação de derivados, a empresa insiste em privatizar suas refinarias.

Braço direito do Deus Mercado, assim como Parente, o novo presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, mantém a



mesma política de entrega da empresa. Apesar de muitos trabalhadores da Petrobrás acreditarem que a privatização iria ser suspensa após a saída do Parente, isto não ocorre. E ignorando os anseios

da sociedade, que vem se posicionando contra a venda da empresa e de seus ativos e clamam por uma Petrobrás voltada para o povo brasileiro e não para o mercado, as privatizações continuam avançando.

Além disso, vale lembrar que outros ativos já foram vendidos e/ou estão em fase mais avançadas de venda, como campos de petróleo em terra, águas rasas e profundas, fábricas de fertilizantes e outros.

Neste cenário, com o objetivo de denunciar este crime contra a soberania nacional e contra a destruição da empresa mais importante do país, os petroleiros da REDUC, TECAM e UTE-GLB estão convocados para participarem do ato no Arco da Refinaria, a partir das 7h.

Defender a Petrobrás, é defender o Brasil.